

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Ana Luiza Rossi/CSF



Tande diz que Educação é prioridade em sua gestão

Tande sanciona lei e garante transporte para alunos

A lei que garante gratuidade no transporte municipal para estudantes do ensino técnico e superior de Resende foi sancionada nesta segunda-feira (14) pelo prefeito Tande Vieira, do PP. A medida beneficia alunos do IFRJ, FAETEC, UERJ e de unida-

des do chamado "Sistema S", que inclui Senai, Senac, Sesi e Sesc, entre outras instituições. Os estudantes contemplados pelo benefício poderão realizar até 10 viagens semanais utilizando um cartão eletrônico personalizado, que seguirá o calendário letivo.

Regime de urgência especial

A lei é de autoria do vereador Zé Antônio, presidente da Câmara Municipal, e foi aprovada em regime de urgência especial para que entre em vigor ainda no segundo semestre letivo de 2025. A conces-

são será viabilizada por meio de cadastro e análise dos documentos junto à Secretaria Municipal de Educação, que encaminhará os dados dos beneficiários à concessionária de transporte público.

Frequência de 75%

Detalhe: o projeto de lei assegura a gratuidade para estudantes que tenham frequência superior a 75%, estejam regularmente matriculados, comprovem renda familiar de até dois

salários mínimos por pessoa e, no caso das instituições do Sistema "S", possuam bolsa integral de estudo. "A educação é um dos pilares da nossa gestão", afirmou Tande Vieira.

Divulgação



Sandro Ritton fala em ambiente de superação

Vereador quer espaço inclusivo na área de esporte

Uma indicação de autoria do presidente da Câmara, vereador Sandro Ritton (PP), propõe à Prefeitura a instalação de um Centro Inclusivo de Esporte e Lazer (Ciel) em Resende. Trata-se de um espaço totalmente inclusivo e adaptado para pessoas com deficiência (PCD) e para o público em geral que reu-

ne opções de lazer e para a prática de esportes. De acordo com ele, o objetivo é possibilitar oportunidades iguais de envolvimento em atividades físicas e de realização pessoal. "Queremos oferecer um espaço de prática esportiva, mas também um ambiente de convivência, aprendizado e superação.

Incentivar talentos

"A ideia é acolher e incentivar talentos, promovendo saúde e bem-estar, e construindo pontes entre diferentes realidades", destaca Sandro Ritton, que também é o autor de uma indicação para que Resende tenha um CAPS AD III, modalidade que funciona 24 horas. O Cen-

tro de Atenção Psicossocial atende pessoas com transtornos causados pela dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Dispõe de leitos de acolhimento integral, com tempo de internação de 14 dias, além de oferecer atendimento individual.

Futuro do planeta

Formar cidadãos comprometidos com o futuro do planeta. Esse é o mote do selo "Escola Sustentável", proposto à prefeitura pelo vereador Roque Campeão da Saúde (MDB). A ideia é que o selo seja concedido a escolas públicas e privadas que adotem práticas sustentáveis, como coleta

seletiva, compostagem, hortas pedagógicas, economia de água e energia e ações de educação ambiental contínuas. A indicação visa reforçar a importância de adaptar o estilo de vida da população às necessidades do planeta e de formar cidadãos comprometidos.

MPF fará audiência para debater impacto ambiental

Encontro em Angra falará sobre degradação do Rio Bracuí

Por Redação

O Ministério Público Federal (MPF) e a Prefeitura de Angra dos Reis promovem, no dia 24 de julho, uma audiência pública para debater os impactos socioambientais provocados pela degradação do Rio Bracuí. O encontro faz parte da ação civil pública que apura os efeitos das alterações no curso do rio, especialmente após as enchentes que atingiram, em dezembro de 2023, a região e afetaram comunidades tradicionais, ribeirinhas e moradores do entorno.

A audiência será aberta à população e vai contar com a presença de representantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da Defesa Civil, da Agência Nacional de Águas, além de lideranças locais e especialistas em mudanças climáticas. O objetivo é ouvir a sociedade, colher relatos e sugestões que ajudem a embasar decisões técnicas e futuras ações públicas. Moradores que quiserem se manifestar poderão se inscrever no local, antes ou durante a audiência.

O evento faz parte da ação civil pública que questiona as obras emergenciais feitas no rio — contratadas sem estudos técnicos aprofundados — e marca uma nova fase do processo: a realização de uma perícia independente conduzida pela Uerj. O estudo técnico será a base para um possível acordo com



Divulgação/PMAR

Moradores do Bracuí devastado por enchentes poderão participar de audiência

o município e poderá servir de modelo para outras regiões afetadas por desastres naturais.

Durante o encontro, será possível entender como o diagnóstico será feito, quais os impactos já identificados — como desvio do curso do rio, perda de vegetação e prejuízos à cultura das comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas —, além de debater soluções sustentáveis inspiradas no conceito de "cidade esponja", que propõe o uso inteligente da natureza no planejamento urbano.

"O diálogo busca garantir que as decisões sobre o território

levem em conta os saberes locais e o conhecimento técnico de forma integrada", destaca a procuradora da República Fabiana Schneider, que conduz o caso.

Perícia climática

No âmbito da ação civil pública movida pelo MPF, a Justiça Federal determinou a realização de uma perícia multidisciplinar sobre os impactos socioambientais das intervenções no Rio Bracuí, após enchentes que causaram mortes e deixaram centenas de desabrigados em dezembro de 2023. A decisão impulsiona um possível

acordo inédito entre o MPF, a Uerj e a Prefeitura de Angra, voltado à elaboração de um diagnóstico técnico aprofundado da região. O estudo será conduzido por especialistas da UERJ e custeado integralmente pelo município.

Com foco na recuperação ambiental, no respeito às comunidades tradicionais e na adaptação às mudanças climáticas, a pesquisa será orientada por métodos modernos e conceitos como o de "cidade esponja". A perícia embasará futuras obras públicas sustentáveis e poderá servir de modelo para outras regiões.

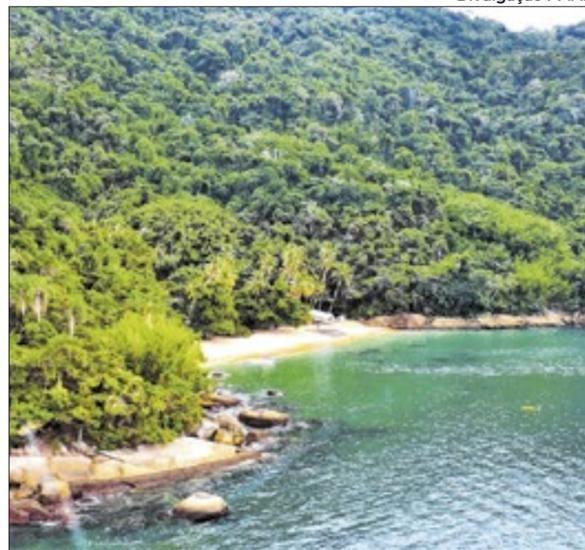
Dez anos após óleo vazar e poluir baías, acordo de reparação é fechado

Divulgação PMAR

Dez anos após o vazamento de 560 litros de óleo nas baías da Ilha Grande, na área de proteção ambiental de Tamoios, em Angra dos Reis, e de Sepetiba, em Mangaratiba, foi feito acordo de reparação ambiental, conforme divulgado nesta terça-feira, dia 15. A medida foi homologada pela Justiça a partir de ação civil pública ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis (MPRJ) e pela Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis (MPF).

O acordo foi firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal firmaram um acordo judicial com a Transpetro, a Petrobras e o Inea (Instituto Estadual do Ambiente).

O caso aconteceu em 2015, após um vazamento de derivados de petróleo durante uma operação de transferência de carga entre embarcações, conhecida como "ship to ship", nas proximidades do Terminal Aquaviário de Angra dos Reis,



Ilha Grande passará por projeto de recuperação

na região da Costa Verde, interior do Estado do Rio. O acidente afetou ecossistemas e provocou impactos ambientais nas duas baías.

Pelo acordo, a Transpetro deverá depositar R\$ 24,47 milhões em favor do Fundo da Mata Atlântica para financiar "projetos, serviços ambientais e

ações relacionados à mitigação, à prevenção, recuperação/recuperação do ecossistema afetado, ao monitoramento, à fiscalização e ao controle ambiental costeiro e marítimo, todos obrigatoriamente situados na parte continental e marítima da Baía de Ilha Grande, sendo vedado o uso para custeio de pessoal".

Além disso, foi estabelecida uma medida compensatória específica para a aquisição de duas embarcações: uma destinada ao Bombeiros, e outra ao serviço de atendimento móvel de urgência (Samu) de Angra dos Reis.

Entenda o caso

O problema ocorreu em 02 de abril de 2015 durante uma operação de limpeza do navio Elka Leblon, com bandeira da Libéria. Na ocasião, uma barreira de contenção foi feita para evitar que a mancha se espalhe pela Baía da Ilha Grande.

O vazamento, inicialmente estimado em 560 litros, acabou se espalhando por uma área maior, com manchas detectadas a mais de 30 quilômetros do local do acidente. A Transpetro foi multada em R\$ 50 milhões, e o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Rio de Janeiro moveram ação civil pública contra a empresa e a Petrobras por danos ambientais

Curso de operador tem novas turmas

Encerrando sua primeira turma nesta quarta-feira, dia 16, o curso de Formação de Operador Geral chega com força ao Sul Fluminense e já inicia novas turmas na próxima segunda-feira, dia 21, nas cidades de Volta Redonda e Resende. A previsão é de que 400 pessoas sejam beneficiadas ao longo do projeto.

A iniciativa, gratuita e voltada para homens e mulheres maiores de 18 anos com ensino médio completo, é resultado de uma parceria entre o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, a Volkswagen Cami-

Impacto social

O presidente do Sindicato, Odair Mariano, destaca o impacto social da iniciativa: "Estamos investindo na formação de pessoas que precisam de uma oportunidade para ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. É uma ação concreta que une qualificação, parceria e responsabilidade social".

Melquizedek Louzado, gerente de Governança, Relações Trabalhistas e Operações da Volkswagen Caminhões e Ônibus no Brasil e Méxi-

co, reforça: "Este curso foi idealizado para atender às demandas específicas da região e proporcionar aos participantes uma vivência real dentro das empresas. Nosso objetivo é inserir essas pessoas no mercado de trabalho com mais preparo e confiança".

O projeto representa um avanço nas ações do Sindicato dos Metalúrgicos, que vem ampliando o acesso à formação técnica e profissional como estratégia de inclusão e desenvolvimento econômico regional.